

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 239/XIII/1.^a

RECOMENDA AO GOVERNO GESTÃO PÚBLICA DO HOSPITAL JOSÉ LUCIANO DE CASTRO, EM ANADIA

No dia 2 de abril comemoraram-se os 40 anos da Constituição da República Portuguesa, documento fundador de um Portugal democrático e de uma “sociedade livre, justa e solidária”. O Serviço Nacional de Saúde é uma das maiores construções desta nova sociedade.

A cobertura universal e acesso livre a cuidados de saúde constitui um pilar fundamental desta sociedade. Com o Serviço Nacional de Saúde, enquanto sistema público e sob gestão pública, foi possível aumentar a esperança média de vida, reduzir drasticamente a mortalidade infantil e garantir uma melhor saúde a todas as pessoas que vivem em Portugal.

O Serviço Nacional de Saúde formou profissionais, construiu novos equipamentos e investiu fortemente noutros; adquiriu tecnologia e conhecimento, mostrou qualidade ímpar, tornando-se um dos melhores a nível mundial. Há, de forma muito clara, um antes e um depois Serviço Nacional de Saúde.

No entanto, os últimos anos inverteram o investimento e a qualificação da prestação de serviços públicos de saúde, sendo essa inversão de tendência particularmente agravada nos anos mais recentes, muito por causa dos cortes ao financiamento do SNS, mas principalmente por causa de uma visão ideologicamente orientada e que pretendia retirar o Estado da prestação direta de cuidados de saúde. O objetivo era um: o de

inverter o paradigma. Em vez de termos um sistema público de saúde, financiado de forma solidária e progressiva, pretendeu-se passar esta função fundamental para privados, passando o Estado a financiador, mas não a prestador de serviços.

A intenção do anterior Governo de entregar vários hospitais públicos à gestão privada insere-se nessa visão ideologicamente orientada. Uma visão ideológica que não tem em conta o interesse público, apenas o dogma de uma sociedade onde o Estado deixa de prestar os serviços fundamentais à sua população.

O PSD e o CDS pretenderam, a certa altura, entregar inúmeros hospitais à Santa Casa da Misericórdia. Felizmente, a contestação destes processos por parte das populações atrasou as intenções do anterior Governo e, muito recentemente, a não demonstração de interesse público nessas entregas, levou à reversão dos processos dos hospitais de S. João da Madeira e de Santo Tirso.

Houve, no entanto, três hospitais que não conseguiram ficar a salvo deste plano ideológico: são eles os hospitais de Anadia, Serpa e Fafe, entregues a gestão privada no final de 2014.

O Hospital José Luciano de Castro, doravante designado por Hospital de Anadia, passou a ser gerido pelo setor público em 1981, pela Portaria nº 525/81 de 27 de junho, passando a integrar a rede do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e o Estado passou a pagar renda à Santa Casa da Misericórdia pela utilização do edifício.

Ao longo dos anos, o Estado investiu neste hospital, procedendo a obras de adaptação, manutenção e ampliação. Em 1991, iniciaram-se obras de remodelação e beneficiação; em 1994 procedeu-se à reestruturação completa da zona norte, onde passaram a funcionar as Consultas Externas, o Hospital de Dia, a Cirurgia do Ambulatório, a Sala de Espera e o Arquivo Clínico, Serviço de Imagiologia e Serviço de Medicina Física e Reabilitação; em 1996 procedeu-se à beneficiação e remodelação da parte sul, que compreendeu o Serviço de Medicina, Serviço de Cirurgia, Urgência e Imagiologia; em 1998, teve lugar a ampliação do edifício onde foi instalado um Bloco Operatório, que compreende duas salas operatórias, sala de indução anestésica, sala de recobro e zona de transfe. Já em 2002, ocorreu a ampliação e remodelação da parte do edifício onde foram instalados o Serviço de Medicina Interna, Cirurgia Geral, Urgência, Pediatria e Esterilização.

Foi, como se vê, um investimento público contínuo, que qualificou e melhorou o edifício e os serviços de saúde ali prestados. Infelizmente, esse investimento foi interrompido e começou a ser invertido nos últimos anos levando, por exemplo, ao encerramento do Serviço de Urgência e de Medicina.

Com o Governo PSD/CDS, este Hospital foi entregue à Misericórdia, tendo-se recorrido à velha tática de esvaziar e degradar o serviço público para depois tentar tornar inevitável a entrega da gestão a privados.

O Bloco de Esquerda sempre discordou desta estratégia do PSD/CDS de retirar o Estado da prestação de serviços fundamentais, passando o Estado a ser um mero financiador de privados, para quem estes prestem um serviço igual ou inferior ao que era prestado pelo público.

Apesar de todas as evidências que justificavam a oposição a esta decisão ideológica de entrega de hospitais públicos a privados, o Governo PSD/CDS decidiu continuar obstinadamente por um caminho que era oposto ao do interesse público.

De referir que apenas um mês depois de ter assumido a gestão deste Hospital, a Santa Casa da Misericórdia decidiu utilizar o mesmo para instalar uma série de consultas particulares em diversas especialidades, cobrando 55€ por cada consulta. Ou seja, a Santa Casa da Misericórdia utiliza equipamento e tecnologia adquirido com dinheiro público, para ali instalar um negócio privado na saúde.

Esta situação é intolerável porque agrava a promiscuidade entre público e privado no setor da saúde e transforma, de forma paulatina, um hospital público num hospital privado. Como garantir os direitos dos utentes se desta forma se estabelece um claro conflito de interesses? Como garantir um célere atendimento aos utentes se, ao mesmo tempo, a formação de filas de espera pode beneficiar o negócio privado praticado neste mesmo hospital?

O caminho não é o da construção de um Sistema de Saúde para quem pode pagar e de um outro, o Serviço Nacional de Saúde, para os mais pobres. Não é esse o princípio pelo qual se rege a República Portuguesa, nem é esse o princípio do SNS. O caminho é o de um serviço público de saúde, universal e de qualidade, para todas as pessoas. O que está a acontecer com a entrega do Hospital de Anadia é exatamente o contrário a estes

princípios, pelo que a solução só pode ser a da gestão pública deste hospital e o investimento no mesmo enquanto unidade fundamental do Serviço Nacional de Saúde.

A bem dos utentes e do seu direito ao acesso a cuidados de saúde, o Bloco de Esquerda considera que o Hospital de Anadia deve ser gerido pelo SNS, pelo que devem ser desenvolvidas as ações necessárias tendentes a assegurar essa reversão. Deve também ser elaborado um plano de investimento para ultrapassar falhas e limitações, algumas delas provocadas pelo próprio processo de transferência para a Misericórdia.

A entrega de hospitais públicos à gestão privada das Misericórdias não acautela o interesse público nem apresenta racional financeiro, como o próprio Governo reconheceu nos casos dos hospitais de Santo Tirso e de São João da Madeira.

A população de Anadia tem direito a ter um hospital que permita dar a melhor resposta possível às suas necessidades e tal consegue-se com uma unidade hospitalar pública, gerida pelo setor público.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Desenvolva as ações necessárias tendentes a assegurar a gestão pública do Hospital de Anadia;
2. O Hospital de Anadia seja dotado das valências e serviços necessários, assim como dos meios financeiros para a efetivação da sua missão;
3. Sejam contratados os médicos, enfermeiros e auxiliares necessários para o bom funcionamento do Hospital de Anadia.

Assembleia da República, 8 de abril de 2016.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,